

PALAVRAS CHAVE: Paisagens do Juruena; Área Etnográfica; Planos de Gestão Territorial Indígena (PGTI).

Onde mora o Juruena?

Nambikwara, Myky/Manoki, Haliti-Paresi, Enawene Nawe, Rikbaktsa, Tapayuna, Apiaká/Kayabi/Munduruku e Bakairi, em companhia de Mães d'água, Mulher fuso, Pai do mato, Kalaetewe (Senhor das Flautas aquáticas, chefe dos homens da água), Rei das árvores, Yakairiti (seres subterrâneos), Pai do fogo... narram percursos que dialogam entre si, em diferentes tempos-espacos, tecendo complexas tramas de co-habitação, povoando a vida nos leitos das águas da sub-bacia hidrográfica do rio Juruena, formador do Tapajós.

Estudos comparados de etnologia indígena constituem-se por grandes desafios, pois, se captar a totalidade de uma dada sociedade já é tarefa impossível, aventurar-se para além desses limites, dada a gigantesca diversidade sociocultural pode soar algo ingrato. Contudo, até os idos do século XX pairavam intenções de abordar os povos indígenas no Brasil, a partir de tentativas de delimitação, procurando por critérios que poderiam de alguns modos agrupá-los. Inicialmente esses critérios variaram de eixos linguísticos a eixos comparativos de cultura material, de padrões organização sociopolítica, religiosa, atravessados por variantes ambientais situando regiões geográficas ou ecossistemas compartilhados, ensaiando cartografias ora restritas aos eixos específicos, ora combinando-os, buscava-se traçar compreensões das interações e dinâmicas desses povos como distintos modos de existências diferencialmente difundidas por todo o continente. Destacamos aqui, nessa direção, os esforços pioneiros de Curt Niemuendajú e Max Shimidt logo nas primeiras auroras do século XX.

Já nos anos vinte e com o gradativo adensamento dos dados etnográficos na América do Sul (faixa Tropical/Floresta/grande área Amazônica), os debates engendraram as noções de áreas culturais, tipos culturais, circunscrevendo escalas e categorias/termos (food-areas, faixa campestre, tipo tropical, tipo andino...), largamente utilizados pela antropologia praticada nos Estados Unidos em estreita interconexão com pesquisadores

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

e instituições brasileiras. Em julho de 1959, em comunicação apresentada à IV RBA, ocorrida em Curitiba, Eduardo Galvão põe em discussão as “Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900 – 1959”, importante marco da etnologia indígena no Brasil.

Galvão apresenta um minucioso balanço das cartografias produzidas no período, apresentando os diversos métodos e conceituações de cada uma das abordagens – De Wissler (1922), passando por Kroeber (1923) e seguindo até Murdock (1951) e Steward (1959) que realizará a sobreposição áreas e tipos, aprofundando a ênfase das conexões entre cultura e ambiente. Nessa extensa revisão, Galvão critica, por exemplo, eixos puramente linguísticos que agrupam povos muito distintos em escala muito genérica conformando estereótipos ou ainda, o traço de uma linha rígida entre litoral e sertão, definindo tipos estáticos, anulando as trocas culturais inevitáveis entre essas regiões por meio da interação de seus grupos. Como resultado, Galvão acentua a importância da inserção de critérios que ofereçam maior compreensão dos fenômenos de dinâmicas culturais, bem como aciona concepções como a de ‘compressão cultural’ para aprofundar a análise do caso concreto da área cultural do Xingú (seu campo etnográfico). Suas proposições espelham a um só tempo as mudanças aceleradas na vida dos povos indígenas e as mudanças oriundas do trajeto auto reflexivo da própria prática etnográfica. Propõe, de modo geral, que a classificação de áreas culturais indígenas no Brasil ocorresse de forma gradativa, por etapas, uma vez que havia muito ainda por conhecer, registrar e compreender. Desse modo, mantém para aquele momento a identificação de onze grandes áreas, enfatizando que estas eram temporárias enquanto não se fizesse avançar nas etapas que conduziriam a permanentes e sucessivas revisões de um projeto sempre em aberto, temporal e, portanto, inacabado, inconcluso, posto que dinâmico, marcado pela história e seus eventos e, pelo próprio preenchimento de tantas lacunas.

Dentre idas e voltas, recuos e balanços herdados dessa trajetória que se manifestam até os dias atuais, pois esse processo não tem data para acabar, vinte anos depois das proposições registradas por Galvão, em 1979, Júlio César Melatti retomava o fio desta meada para sugerir diferentes delimitações na intenção de agrupar as sociedades indígenas não pelo critério de seleção das semelhanças de traços culturais num eixo que enfatiza aspectos de homogeneidade, mas substituir a ideia de Áreas culturais por Pólos de articulação, entrevendo aspectos de uniformização decorrentes das interconexões - trocas matrimoniais, intercâmbios rituais, inserções nas interações nos campos da

educação, saúde, política local... acentuando a seleção das relações sociais partilhadas pelas sociedades indígenas entre si como eixo privilegiado na delimitação das áreas, propondo novos traços no avanço desta complexa cartografia. Mas Melatti não para por aí e quarenta anos depois, em 2020, revê suas próprias proposições tentando conciliar os traços e itinerários cartográficos tanto das Áreas culturais quanto dos Pólos de articulação, imbricando os aspectos relevantes de cada uma dessas modalidades na seleção dos eixos.

Desta fértil combinação, extrai coordenadas enfatizando a interdependência destas e dos critérios para o exercício da análise. São 2 linhas perpendiculares que formam 4 quadrantes tendo no cruzamento destas linhas um eixo de articulação central marcado com o ponto chamado U (de unicidade). Neste diagrama (reproduzido logo adiante na p. 6), a partir do centro - U – podemos nos mover em direção vertical, tendo acima o ponto O (origem) e abaixo o ponto A (ambiente) ou em direção horizontal, indo a direita em direção de T (tribal/relações intertribais) ou pela rota a esquerda na direção de C (cidade, civilizados). Nessas direções possíveis temos 4 critérios de delimitações – que entendemos como campos de articulação que formam 2 quadrantes superiores e 2 inferiores, que se interpenetram em diferentes gradações e inúmeras possibilidades de combinações.

Tendo assim reconciliado os termos de tão longa trajetória, não se dá por satisfeito. Para fora do traço circular (que pende a direita) que alinhava os 4 critérios/coordenadas, marca o ponto E (etnólogo, etnógrafo) na porção superior do quadrante à direita (formado pelas coordenadas OUT). A inserção desse ponto é determinante no desfecho das problemáticas persistentes nesse mapeamento, posto que assinala a arbitrariedade do observador na seleção das delimitações que intenta percorrer, deixando o mapa bem menos cartesiano do que ele aparenta ser. Sendo assim, nesse mapeamento, a cartografia ganha contornos indeterminados no desfecho para tantos possíveis agrupamentos, a solução para o dilema das Áreas culturais seria assumir uma cartografia que só pode delinear Áreas etnográficas, já que os traçados só podem ser definidos pelo olhar de E², de acordo com o percurso que se pretende prospectar.

² Embora Melatti observe que esta arbitrariedade é “fruto do arbítrio, mas não totalmente”, uma vez que os fatos etnográficos também se revelam de modo independente do pesquisador. (Melatti,2020:7)

Seguindo os passos e coordenadas propostas por Melatti e abordando o Juruena, portanto, como uma Área etnográfica, nos propomos esse exercício cartográfico.

A sub-bacia hidrográfica do Juruena como Área Etnográfica

Um dos principais afluentes do rio Amazonas é, pela margem direita, o rio Tapajós que se origina na confluência entre os rios Juruena e Teles Pires. Dentre as 11 Áreas culturais propostas pela delimitação preliminar de Galvão ao fim da primeira metade do século XX (cf. Anexo, Figura 2 – Mapa 1), o Juruena estaria diluído, provavelmente na abrangência entre as grandes áreas IV Tapajós-Madeira e VI Tocantins-Xingú, mais próximo da IV.

Já naquele momento, as notícias da região do ‘Vale do Juruena’ estavam presentes em alguns registros, especialmente das expedições entre os séculos XIX e XX, como foi, por exemplo, o caso da etapa fluvial da Expedição Langsdorff (1825-1828), Condreau (1896/1977), além dos testemunhos de Badariotti (1898), Rondon (1907, 1910, 1916), Roquette-Pinto (1912/1935), Rondon/Roosevelt (1912/1976), Shimidt (1917/1943), Oberg (1953), dos documentos das missões jesuíticas, dentre outros atores não menos importantes, até a década de 1960, para os registros etnográficos da sub-bacia do Juruena e dos povos ali habitantes.

“ Relativamente ao rio Juruena, cujo descobrimento vamos descrever, havia apenas algumas vagas e antigas indicações escriptas. Entre estas figuram as que se encontram na obra do Visconde de Taunay, intitulada – A cidade de Matto-grosso. (...). Documentos mais recentes não se encontravam porque raríssimas eram as pessoas que se podiam factar de ter atingido as paragens sulcadas pelo grande rio, paragens que se acreditava estarem povoadas de índios ferozes e anthropophagos, as quaes se imputava a responsabilidade do desaparecimento de poucos exploradores de seringais que haviam ousado penetrar na direção daqueles sertões.” (RONDON, 1916:75)

É principalmente nos anos de 1908 e 1909 que Rondon esquadrinha as adjacências do rio Juruena, localizando cabeceiras e nascentes de córregos, riachos e trazendo notícias de cada grupo, aldeia ou acampamento que encontrava em cada curva desses caminhos d’água – de águas claras, fios d’água, olhos d’água, águas verdes, caudalosas, águas cristalinas, emaranhados densamente povoados e agitados. Muitas dessas localizações são por ele registradas de acordo com os nomes nativos informados pelos próprios indígenas com quem ia dialogando, e assim, ao mesmo tempo em que vai rasgando os sertões com sua linha telegráfica, vai deixando veias abertas e também uma riqueza de rastros valiosíssimos tanto para a etnografia dos povos da região, quanto para a

cartografia hidrográfica desta área. Será Rondon, corrigindo informações anotadas em levantamentos topográficos realizados em outras expedições que georeferenciará o Arinos como afluente do Juruena e este se estendendo até a foz do São Manoel (que Rondon denominou Telles Pires), para então essa reunião entre os dois rios dar origem ao Tapajós. Era a chegada do Juruena no mapa dos não indígenas.

Contudo, ficará para bem mais tarde, somente a partir da década de 1970 (portanto fora do arco temporal demarcado por Galvão) que, gradativamente, as etnografias sobre os povos indígenas no Juruena irão se adensando, tanto no contexto acadêmico quanto pela produção de missionários, indigenistas, agentes governamentais, instituições, institutos e grupos de pesquisa e, mais recentemente adentrando o século XXI, também pela produção escrita dos próprios indígenas. Seguindo seu curso até os dias atuais, já se avolumam torrentes de dados em teses, artigos, documentos, relatórios técnicos, diagnósticos, laudos antropológicos e periciais, áudio visuais, dossiês, oriundos, portanto, dos mais diversos planos de investigações em pesquisas dispersas as mais variadas nas últimas cinco décadas.

Na configuração da presença histórica de ocupação dessas etnias indígenas na região, mencionadas na abertura dessa exposição, importa destacar duas alterações ocorridas. No ano de 1970, a retirada compulsória dos Tapayuna (Kajkwakhratxi) entre os rios do Sangue e Arinos, num violento processo de espoliação e remoção para o PIX e, no fim desta mesma década, a chegada dos Munduruku, que em linhas de fuga dos seringais, migrando do Alto Tapajós, pelo Juruena vem se abrigar com seus parentes Apiaká.

Sumariamente aqui pontuados alguns marcos dos registros etnográficos em torno do Juruena relativos até a 1º metade do século XX e que não foram suficientes para a entrada explícita desta região no mapa das Áreas culturais indígenas assinaladas por Galvão em 1959, será revisto pela atualização de Melatti (2020), em que o Juruena entra em cena figurando no traçado do seu mapa “Áreas Etnográficas da América do Sul” (cf. Anexo, Figura 3 – Mapa 2). Nesta revisão, Melatti reitera a pertinência de algumas áreas demarcadas por Galvão mantendo-as e, sobrepondo seus critérios de delimitação, acrescenta novos arranjos, definindo 28 áreas, delimitadas para além das fronteiras nacionais ampliando o território retratado.

Enfim, voltando a ter novamente notícia dessa área no mapa, podemos então nos arriscar em suas rotas.

Navegando as paisagens do Juruena guiados pelas pegadas nativas

Seguindo as coordenadas para abordagem de uma Área etnográfica sugeridas por Mellati, vamos inicialmente localizar nossos pontos centrais – U e E.

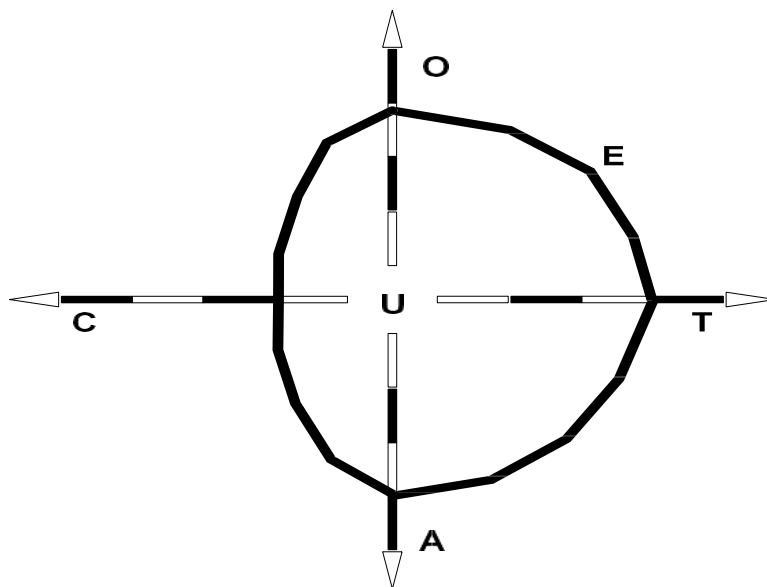


FIGURA 1: DIAGRAMA Critérios de Delimitação - MELATTI,2020:6

Começando por E (etnólogo/etnógrafo), posto que esse é o ponto que permitirá selecionar o eixo central U, de onde se dinamizam as rotas a serem percorridas. São os próprios **indígenas** na posição de etnógrafos que situamos no **ponto E**, a partir do que expressam em seus Planos de Gestão Territorial Indígena (PGTI) - que serão apreendidos em nossa abordagem analítica como etnografias.

No caso do Juruena, estão à disposição até este momento os Planos de Gestão Territorial³ dos povos Nambikwara (TI Pirineus de Souza, TI Tirecatinga - multiétnica), Myky, Manoki, (línguas isoladas); Rikbaktsa (Macro-Jê); Paresi-Haliti e o Plano de Salvaguarda do Ritual Yaokwa dos Enawene Nawe (ambos Aruak).

Esses planos produzidos pelos povos registram etnografias de si e de seu território e manifestam como eixo descritivo comum, as **paisagens da bacia hidrográfica do Juruena**, que ocupam aqui em nossa análise, portanto, a posição do **ponto U**, seguindo o eixo articulador central dado pelos etnógrafos indígenas.

³ Para acesso, entrar na seção biblioteca do sítio eletrônico da OPAN - Operação Amazônia Nativa. Recomenda-se, caso possível, acompanhar essa reflexão paralelamente à leitura dos PGTIs para uma visualização completa da iconografia referenciada em nossas análises.

Estabelecidos estes pontos de partida e diante dos limites dessa apresentação oral, situaremos apenas alguns aspectos presentes nas rotas dessa breve expedição, sublinhando que expressam de minha parte um modesto esboço inicial, numa tarefa que quiçá pode indicar férteis inspirações metodológicas que contribuam para avanços da compreensão da relevância desta Área etnográfica tão rica, mediante agora o que vai sendo evidenciado pelos registros indígenas.

Indo do nascente em direção ao poente, iniciamos nossa viagem pela **rota horizontal (T em direção a C)** onde, evidentemente, o primeiro aspecto geral a se notar é que os cenários que eles remontam sobre o histórico de ocupação da região lançam nosso olhar para as configurações do Juruena muito anteriores aos vestígios de qualquer expedição não indígena nessas paragens. Nesse cenário de outrora nos permitem entrever com clareza a mobilidade intensa de grandes populações em trocas permanentes, não deixando dúvidas de que mais do que homogeneidades tracejando áreas culturais, o Juruena aparece como inequívoco Pólo de Articulação.

Não somente pelas alianças em intercassamentos, ou mesmo dos raptos e guerras intertribais, mas também pelo aprendizado de técnicas, dos diálogos e intertextualidade entre os mitos e músicas, das interconexões rituais, linguísticas, nas práticas de pajelança, no compartilhamento de zonas de trânsito comum, falam da memória viva de um tempo em que *“A floresta não tinha fim, o mundo era livre para andar. A gente andava muito, todo lugar. Não precisava ficar parado, cercado, como é hoje.”* (PGTI Rikbaktsa).

Quando Myky da mata visitava Myky do cerrado (Manoki), percorriam dois dias de caminhada, fazendo as travessias de carga em embarcações de Jatobá, indo por uma via principal que ia do Norato (hoje ocupada pelo município de Brasnorte) até chegar no Cravari (passando pelo atual distrito de Mundo Novo) e levava para os parentes os presentes da floresta, milho fofo, castanha, pena de mutum. Indo todos pintados e belamente ornamentados para as apostas do torneio do futebol de cabeça, voltavam de lá trazendo os presentes do Cerrado, cera, tucum e taquara.

Tanto anciões Myky, quanto Enawene e Rikbaktsa indicam nascimentos em aldeias distintas na vasta região onde posteriormente se estabeleceu o município de Juína. Assim também sinalizam os Haliti em relação ao tardio aparecimento dos municípios de

Campo Novo dos Paresi e Tangará da Serra ou mesmo os Nambikwara sobre os municípios de Sapezal, Comodoro e Campos de Júlio.

Enfim, muita história se passa nessa Floresta sem fim que no século XX passa a ser densamente ocupada também por diferentes modelos de ordenação territorial produzindo uma disrupção nas convivências ali consolidadas através de longos processos históricos em sucessivas gerações e territórios contíguos.

É com este novo mapa que vai se impondo no Juruena que seus territórios vão sendo identificados, através do olhar indígena, a partir da noção de Ilhas. Ilhados, apartados, isolados, estas articulações intertribais passaram por hiatos temporais e demais contratempos em que cada um desses povos acabou por ter de se ocupar com sua própria sobrevivência diante o agudo desterro a que foram submetidos, sobretudo até a década de 1970 quando, motivados por diferentes contextos, voltam a se reencontrar e se articular em torno das pautas políticas que emergiam, relativas à defesa dos direitos indígenas no país e da luta em prol das demarcações de suas terras, em relações interétnicas. Desta fase em diante, o Juruena vai recolocando sua feição de Pólo de articulação, especialmente nas modalidades de relações estabelecidas entre as aldeias e as cidades do entorno, inicialmente com ênfase para as trocas comerciais e aos poucos se ampliando nas articulações entre os povos em torno dos sistemas de educação e saúde após a Constituição Federal de 1988.

Mais recentemente a frente mais acentuada de pauta de articulação dessas etnias entre si e na relação com as cidades dos não indígenas passa diretamente pelo dissenso na disputa dos modelos de ocupação e manejo das paisagens, visando da parte dos indígenas garantir a integridade da sub bacia hidrográfica do Juruena. Diante das ameaças densamente descritas, desenhadas, filmadas, plotadas, fotografadas, registradas e demonstradas que atacam as unidades de paisagens diversas, minuciosamente mapeadas em cada um e todos esses planos, a água e a segurança alimentar emergem nessas etnografias de modo uníssono, são a ponta de flecha voltada para as evidências da contaminação e morte, revelando a uniformidade das interconexões que enfrentam no presente histórico. Esse dado nos leva ao cruzamento da rota vertical.

Rumando ao norte para seguir em direção ao sul, adentramos a **rota vertical (OUA)**.

Percorrer a rota vertical desse diagrama exige navegar em dimensões muito profundas em suas linhas ascendentes e descendentes o que ultrapassaria em muito os contornos dessa apresentação. As articulações que se estabelecem entre o ponto O/origem e A/ambiente, atravessadas pelas paisagens que os conectam no ponto U, expressa nos PGTIs relações intrínsecas.

Haliti, Nambikwara, Myky/Manoki e Enawene Nawe compartilham, em suas variantes, um mesmo mito de origem “do mundo” e um mesmo mito de origem da roça – este último, por sua vez, dialoga diretamente com o mito de origem da roça dos Rikbaktsa. Dialogam também entre si as variantes da origem do sol em narrativas de imagéticas ascendentes e da origem de córregos, rios e corpos hídricos em narrativas de imagéticas descendentes, desenhando e esculpindo as paisagens em suas esferas fenomenológicas. Na maior parte das versões dos mitos de origem sobre a roça ou do sol/dia, crianças estão no centro da trama. Os ritos de passagem - nascimento, menina moça/iniciação masculina e morte, por exemplo, estão sempre entrelaçados com as árvores, suas cascas, palhas e frutos. Enquanto Rikbaktsa, Haliti e Enawene manejam seu sistema de nomações por meio de acervos clânicos, os Manoki os herdaram das abelhas e os Myky de um casal mítico de peixes. Abelhas e peixes, por sua vez, constituem importantes capítulos das mitologias de todos. Assim como o algodão, em sua ligação sempre direta com os ritos xamânicos. Se seguirmos por essa toada, o oceano é infinito e o céu não é o limite.

Mas toda essa fenomenologia do Juruena, ainda carente de muita compreensão, com mais buracos no firmamento do que pegadas fixadas no chão, não está somente amparada por leis no imaginário ou do inconsciente, senão ancoradas em técnicas mnemônicas que expressam em linguagem poética as vísceras do tempo, que não pode ser esquecido ou apagado, recobrando o longo e denso manto histórico de antiguidade que recobre as experiências do Com-Viver entre esses povos na região.

Em meio a tantos vínculos onde só nos é dado entrever fragmentos de uma delicada trama que não cessa de se tecer, a(s) fusão(ões) roça/corpo/terra, água/universo aquático e flautas/espíritos-cantos povoa o núcleo nas zonas de contato entre o céu, a terra, a água e o ar. Entre os vivos e os mortos. Entre o que se vê e o que se oculta. Entre o passado, o presente e o futuro, no sempre misterioso encontro entre o espaço e o tempo.

A unidade geomorfológica conhecida como Planalto dos Parecis acolhe a vasta e volumosa hidrografia do Juruena, hotspot de biodiversidade na Amazônia meridional, com seus ecótonos circunscritos em área de transição/tensão ecológica entre o Cerrado e a Floresta - que aparecem figurados como fundo nos mapas que compõe cada um dos PGTIs, enquanto os corpos hídricos se destacam em relevo na iconografia dessas paisagens retratadas, imagem recorrente, representada quase como que em 3D pela esmagadora maioria dos inúmeros (etno)mapas construídos. Todos os PGTIs, portanto, lidam concretamente com essa transição ecológica em suas práticas/manejo territorial e suas representações, mas também com diferentes tônicas, uma vez que os Haliti-Paresi e os Manoki incidem mais precisamente sobre o cerrado, os Myky e Rikbaktsa sobre a floresta e os Nambikwara e Enawene Nawe nas zonas de transição em si. Desse modo, a distribuição espacial das aldeias nesta grande ecorregião está invariavelmente atrelada, desde as narrativas até sua concreta localização, aos corpos hídricos determinando a lógica de ordenamento e ocupação territorial.

No âmbito das técnicas e concepções do manejo há também muitos paralelos e muitas convergências que podem ser destacadas, sempre retratadas a partir das unidades de paisagem que recortam através de suas tônicas particulares. Assim, no ponto U, além dos córregos, riachos, saltos, brejos e toda a arquitetura hídrica, e das roças, as paisagens conformadas pelos Castanhais, Tucumzal, Patuazal, Jenipapal, Taquarais, Morcegal, emergem como sítios privilegiados nas etnografias produzidas por cada um dos PGTI. Na medida em que a antiguidade do manejo indígena nestas áreas favoreceu e favorece essas formações florestais com adensamentos monoespecíficos, contribuindo para o enriquecimento da biodiversidade, os entes/entidades a eles associados ocupam também significativa parcela no registro etnográfico de cada uma dessas paisagens. Articulando os cruzamentos no eixo central U, sobressaem as áreas core de cada T.I./PGTI.

Quanto as articulações reveladas nos quadrantes que delineiam o hemisfério sul do diagrama concentram-se assim, um panorama descritivo que poderíamos denominar, nos termos de Little (2010), como “etnografias dos conflitos socioambientais”, no exercício comparativo que os PGTIs realizam mediante a descrição contrastiva das paisagens manejadas por eles e pelos não indígenas. Para visualizar alguns termos desse contraste, conferir a análise comparativa preliminar entre os padrões de ocupação e manejo Myky e Enawene Nawe em “Paisagens Culturais: Identidade Territorial e

Direito ao Desenvolvimento” (JAKUBASZKO:2016). Neste ponto, verificamos que o olhar nativo que caracteriza as paisagens por oposição, em categorias que tratamos como *paisagens dinâmicas-reversíveis / paisagens fixas-irreversíveis*, se estende também aos demais PGTIs aqui incluídos, permanecendo válidas em sua aplicação para o conjunto mais amplo da análise.

Esse contraste que marca as distinções das práticas de ocupação, uso e manejo, fundamentadas por alteridades radicais nas concepções sobre o território, o tempo e o espaço, opera tanto como marco diacrítico quanto como cerne das proposições para diferentes modelos de gestão territorial. Na visão desses povos, as concepções e padrões de ocupação e manejo não indígena produzem literalmente paisagens mortas, donde brota unânime de todos os PGTIs a urgência do zelo imprescindível para com as cabeceiras da rede hidrográfica, repousando a invariante do pacote de ameaças registradas no zoneamento de cada uma das áreas de pesca, caça e coleta dentro e fora da delimitação das TIs, enunciando os termos dos conflitos.

Epílogo

No que tange a segurança alimentar desses povos aqui visitados, suas etnografias nos permitem entrever que o modelo agroalimentar praticado pela sociedade brasileira em articulação entre o Estado, empresas e corporações, aparece como o relevante eixo de mudanças desestruturadoras - tanto desestruturam os modelos de baixo impacto negativo ao ambiente propiciado pelas tecnologias adaptativas do manejo indígena, de complexa e alta eficiência produtiva, responsável por gerar fartura, saúde e prosperidade, quanto o revela responsável (por meio das consequências ambientais e sociais que gera) pela alteração do clima, mediante suas práticas predatórias de manejo do solo, das águas, da madeira, do metal, do fogo e do ar.

O avanço das monoculturas, em especial a soja e a conseqüente mortandade da caça e dos polinizadores, em especial as abelhas, bem como os barramentos hidrelétricos e seus efeitos na flora e fauna (especialmente na ictiofauna), estrangulando a malha hidrográfica⁴, figuram de maneira consoante em todos os PGTIs publicados até o momento na sub-bacia do Juruena como elementos centrais de um desequilíbrio

⁴ São mais de uma centena de barramentos de empreendimentos de infraestrutura energética em diferentes portes (CGHs, PCHs e UHEs) - 32 estão em operação, 10 em construção e 96 em fase de planejamento (OPAN/Fanzeres, 2019:49). Além do colapso iminente, muitas aldeias ficariam submersas como, por exemplo, nas T.Is Rikbaktsa, no baixo Juruena.

generalizado. Os extrativismos (madeira e minério) ilegais, as queimadas e o gado aparecem de maneira secundária, ainda que o desmatamento seja com frequência um primeiro item recorrentemente mencionado.

Os PGTIs, num primeiro plano, falam de si para si, num registro que busca alcançar as gerações presentes e vindouras. Mas falam também para seus pares indígenas de outras paragens. E falam ainda para os não índios, com a intenção de apresentarem suas auto-imagens, seus históricos, seus valores. Querem, ao mesmo tempo, alcançar o Estado Nacional, as esferas judiciárias e legislativas e, as comarcas municipais e órgãos executivos nos estados da federação, contextualizar suas lutas, reiterar seus direitos conquistados a duras penas, reivindicar políticas específicas – mostrar seus mapas e fazer incidir sobre eles seus Planos. Nesse sentido, constitui-se como um instrumento intercultural, bissêmico⁵, por lidar com significados que são interpretados de modo distinto a depender de que lugar o leitor ocupa – se um nativo ou um estrangeiro - na compreensão dos signos étnicos que estão em cena neste amplo jogo semântico intercultural. Mas, acima de tudo, seus autores alimentam uma expectativa de que falando a língua dos mapas escritos, o não indígena possa enfim, entender! Com tudo bem desenhado, possam ver, escutar e considerar o que está sendo dito para efeito das tomadas de decisão nos processos de gestão territorial deste país.

As etnografias do Juruena expressas pelos PGTIs nos mostram como apreender essa área como Pólo de articulação faz sentido, sobretudo se observamos como pensam as paisagens e concretamente se relacionam em intercâmbios materiais, simbólicos e políticos, ao mesmo tempo em que os empreendimentos energéticos, do modo irracional como são conduzidos, com seus barramentos letais, impulsionam processos de permanente re-união. Mas é interessante cotejar também o fato de que as delimitações dadas pelos critérios indígenas não atiram integralmente para fora do mapa a percepção de Galvão quando definiu as Áreas culturais em consonância e sintonia com as bacias hidrográficas, ao contrário, parece cada vez mais que os povos indígenas nos indicam que sempre tiveram os corpos hídricos como os grandes eixos de seus agrupamentos para além de qualquer outro critério. Aparecem agora como nítidos os faróis que, remotamente, já sempre nos iluminavam quanto aos caminhos na América do Sul, onde as vias são dádivas ofertadas pelos cursos dos rios em meio a vastidão verdejante.

⁵ Para consultar traços culturais como signos étnicos bissêmicos, cf. Carneiro da Cunha, 1994.

De qualquer forma, o Juruena levou uma eternidade para adentrar os mapas e segue, em suas vias de articulação, se consagrando como Área etnográfica.

Os planos, o futuro, as urgências impõem com extrema gravidade a indispensável seriedade do Estado e da sociedade brasileira em estabelecer e finalizar, de uma vez por todas, esse zoneamento estratégico mais amplo de suas áreas de preservação não mais se arrastando e adiando os processos de demarcação de Terras Indígenas (Quilombolas) e Unidades de Conservação, em meio aos cataclismas, onde a palavra de ordem dos governos e da mídia não pode ser simplesmente mitigar. É imperativo, prevenir, evitar, contornar com firmeza as rotas do desenvolvimento noutras direções.

Dedico esta comunicação a toda a confluência de membros que constituem a Rede Juruena Vivo. Em especial aos indígenas que são seu núcleo vital e mantêm viva a chama da esperança. E também, às equipes indigenistas da OPAN (nas quais me incluo/meus parentes) que não medem esforços para retirar o Juruena do mapa de inventários de malfadados planos energéticos.

Que a Rede Juruena Vivo possa transbordar, inundar toda a extensão da vida transfigurando todas as paisagens por meio da execução concreta de seus planos, fazendo com que o Cerrado e a Floresta invadam e engulam tudo ao redor evitando justamente uma hecatombe, ao converter as cidades de concreto e asfalto, essas sim, em pontos ilhas no mapa tropical do futuro.

Definitivamente, o mundo não foi feito para se acabar nas mãos de bárbaros irresponsáveis. Os bárbaros que se segurem, pois há tempestades no horizonte, as ondas se avolumam e os ventos urram. Enquanto a terra avista impassível o redemoinho que se agita.

Cantemos o Juruena para que suas vozes possam ecoar. Essas vozes que não aprendemos a ouvir, mas que os indígenas sabem escutar e traduzir, elas precisam ser absorvidas, precisam nos embalar, nos encantar, se quisermos continuar navegando como hóspedes dessa nave errante e azul em sua órbita excêntrica.

ANEXOS – MAPAS



FIGURA 2: MAPA 1 - GALVÃO, 1960:18



FIGURA 3: MAPA 2 - MELATTI,2020:4

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Badariotti, Nicolau. Exploração no norte de Mato Grosso, região do Alto Paraguai e Planalto dos Parecis. São Paulo: Escolas Salesianas, 1898.

Carneiro da Cunha, Manuela. O futuro da questão indígena. Estudos Avançados 8(20). São Paulo, 1994

Coudreau, Henri. Viagem ao Tapajós. São Paulo: EDUSP, 1977.

Galvão, Eduardo. "Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959". Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia N.º8, Belém do Pará, 1960.

Melatti, Julio Cezar. Índios do Brasil. 3ª Ed. Brasília: Universidade de Brasília: HUCITEC, 1980.

_____ 2018. "América do Sul – por que áreas etnográficas?", *Página do Melatti* – disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/alamersul.pdf>

Rondon, Cândido M. da Silva. Missão Rondon (1907 a 1915). Rio de Janeiro, 2016

_____ Conferências Realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e São Paulo: Comissão de linhas telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Publicação n° 68. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

Roosevelt, Theodore. Nas selvas do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1976.

Roquette-Pinto, Edgard. Rondônia. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935. (Série Brasileira).

Schmidt, Max. Os Aruaques: Uma contribuição ao estudo do problema da difusão cultural. 1917. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aschmidt-1917-aruaques/schmidt_1917_aruaques.pdf

Jakubaszko, Andrea. Paisagens Culturais: identidade territorial e direito ao desenvolvimento. Revista Desenvolvimento Social, n°19. Montes Claros, PPGDS/UNIMONTES, 2016.

Lima, Artema.; Fanzeres, Andréia.; Almeida, Juliana. Jeitos de Fazer: experiências metodológicas para elaboração de planos de gestão territorial em terras indígenas. Cuiabá, OPAN, editora Curt Nimuendajú, 2012.

Little, Paul. A Prática Brasileira da Ecologia Política: Aportes da Antropologia in Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, ANPOCS, 2010.

OPAN / Fanzeres, Andréia. (ORG). Acompanhamento de projetos de infraestrutura energética na bacia do Juruena: desafios e recomendações para comunidades e poder público. Cuiabá, 2019.

OPAN / Planos de Gestão Territorial Indígena (PGTI)

HALITI-PARESI. Plano de Gestão do Território Indígena Haliti-Paresi. ARRUDA, Rinaldo S.V.; BUSATTO, Ivar L.V.; DA MATTA, Fabiano R. et al. Cuiabá, OPAN, 2019.

MANOKI. Plano de Gestão Territorial Manoki. ARRUDA, Rinaldo S.V. e SANTOS Jr, Tarcísio S. (ORGs). Cuiabá, OPAN, 2012.

MYKY. Plano de Gestão Territorial Myky. JAKUBASZKO, Andrea e LIMA, Artema (ORGs). Cuiabá, OPAN, 2012.

NAMBIKWARA. Plano de Gestão Territorial T.I.Pirineus de Souza. ALMEIDA, Juliana e LIMA, Artema (ORGs). Cuiabá, OPAN, 2013.

_____ Plano de Gestão Territorial T.I Tirecatinga. LIMA, Artema; MENDES, Mel; AMARAL, Victor.C. (ORGs). Cuiabá, OPAN, 2015.

RIKBAK TSA. Plano de Gestão Territorial Rikbaktsa. ARRUDA, Rinaldo S.V. e ALCÂNTARA, Lívia. (ORGs). Cuiabá, OPAN, 2020.

* ENAWENE NAWE/IPHAN/OPAN. Plano de Salvaguarda do Ritual Yaokwa *in* Dossiê de Registro do Ritual Yaokwa Enawene Nawe. Jakubaszko, A.(coord). Cuiabá (originais), 2008.